

ÂNCORAS EM SÃO PAULO

Saio da Arena mas não entro no MDB, porque estou resolvido a não continuar na vida pública nem regime bipartidarista que considero incapaz de solucionar os problemas do país. Esta decisão, portanto, foi condicionada pela disposição de me engajar numa das novas agremiações que vão surgir com a reformulação partidária. Pretendo ingressar num partido conservador, mas com uma forte tendência reformadora, capaz de adequar a estrutura nacional – que é de origem rural – à sociedade urbana que constitui a nossa realidade de hoje. Trata-se, também, de um partido que deverá apoiar a política de abertura e democratização do presidente João Baptista Figueiredo.

Não acredito que seja possível consumir uma reformulação partidária desvinculada da eleição direta para governador, porque é a disputa das chefias estaduais que vai estruturar a comunidade política. Meus objetivos políticos estão firmemente ancorados na realidade paulista, que com certeza reserva espaço à ação de um partido conservador e reformista. Só na cidade de São Paulo, por sinal, existem 1,5 milhão de proprietários de casas ou apartamentos e também 1,5 milhão de veículos. Portanto, esta não é a sociedade que Jânio Quadros encontrou na Vila Maria, ou a que Ademar de Barros teve quando foi interventor de São Paulo. Pretendo apoiar-me exatamente nessa sociedade urbana, com valores urbanos e ocidentais, mas ainda extremamente desestruturada e à espera de reformas.

A reforma da estrutura, uso e ocupação do solo e a reforma da legislação fiscal são os dois instrumentos básicos de uma sociedade que se apóia na livre iniciativa, mas deseja e procura mudanças. Ressalvo que, a meu ver, o Brasil ainda não está maduro para que um partido reformador ataque problemas de caráter individual. O aborto e a liberdade da mulher, por exemplo, são temas que hoje apaixonam a Europa; mas estão, por enquanto, excluídos do processo político brasileiro e do programa de um partido que se propõe a renovar a sociedade a partir de uma postura conservadora. Creio, enfim, que, no trabalho de consolidação desse partido a que me refiro, a principal dificuldade é convencer certos setores da sociedade de que a ação reformadora deve ser liberada por grupos que talvez percam algumas de suas vantagens; é vender a idéia da reforma àqueles que já têm algo de seu.

SOZINHO EM CENA – Ao me convidar para assumir a Prefeitura de São Paulo, o ex-governador Paulo Egydio Martins lembrou que as bem-sucedidas fusões e incorporações que promovi no mundo financeiro eram uma prova de capacidade política. O que fiz, portanto, foi utilizar no cargo a sensibilidade política que já pudera testar na empresa privada. Além do mais, tive uma formação humanista profunda; meu pai era um poeta, um literato, e minha mãe, uma mulher com enorme vivência religiosa. Minhas origens, portanto, não são as da maioria dos banqueiros.

Na Prefeitura, a atividade política foi-me interessando cada vez mais fortemente. Quando Paulo Egydio encerrou seu mandato e se desfez o grande grupo convocado para um trabalho de quatro anos, vi-me compelido, por estar politicamente sozinho em cena, a procurar ocupar os espaços vazios. Essa ação política tornou-se ainda mais importante em função do que ocorreu com o início do governo Figueiredo – a abertura, o compromisso democrático, a reforma dos partidos. Eu era um dos poucos homens

públicos em condições de falar com um certo grau de independência: estava em fim de mandato e pertencia a um grupo já desvinculado do poder. Favorecia-me, também, o fato de ainda estar exercendo, interinamente, o cargo de prefeito – circunstância que me garantiu uma tribuna de excepcional ressonância.

OS TEMAS DO FUTURO – Nestes quatro meses, São Paulo assistiu a uma secessão de greves – de funcionários públicos, lixeiros, professores, motoristas de ônibus – que me levaram a adotar uma série de decisões eminentemente políticas e, ao mesmo tempo, estreitar meus contatos na área federal. Assim, chego ao fim do mandato numa posição extremamente gratificante, com um bom saldo tanto no plano político como no administrativo, reconhecido por todas as categorias sociais.

Isso me parece tanto mais relevante quando se recorda que as reivindicações dessas diferentes categorias raramente coincidem. Em São Paulo, por exemplo, estou convencido de que o grande problema da classe A é o trânsito: ela sonha em sair de sua casa de automóvel, chegar seu destino em 10 minutos, estacionar o carro sem transtornos e depois voltar, sempre com rapidez. Já a classe D quer, basicamente, transporte e asfalto. Intelectual é que se preocupa com áreas verdes. O povo deseja sobretudo asfalto.

Sempre que ocorreu no Brasil o fenômeno da centralização do poder, o governo central promoveu alianças com os Estados econômica e politicamente mais fracos – e, nesse quadro, é natural que os Estados mais fortes conflitem com o poder central. Foi assim nos últimos anos. Em São Paulo, a ação política do MDB teve resultados eleitoralmente expressivos porque o poder central agiu desligado dos valores e problemas desta região. Mas estou certo de que a principal opção do futuro não será, como freqüentemente tem sido até agora, colocar-se contra ou a favor do governo federal. Quando tivermos um processo político mais descentralizado, os temas básicos estarão ligados à estrutura da propriedade. Não tenho dúvidas de que os partidos que se formarem nos próximos meses terão de disputar o eleitorado discutindo temas como estatização versus mercado, ou planificação versus livre iniciativa.

OLAVO SETÚBAL

Olavo Setúbal é o prefeito de São Paulo até esta quinta-feira.

Crédito: Olavo Setubal/Revista Veja/Editora Abril

Fonte: Revista *Veja*, edição 566, 11 jul. 1979, p.130